

O Atendimento Inclusivo Especializado do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental de Crianças com Deficiência Físicas nas Escolas Municipais Localizadas em São Luís de Montes Belos-Go

Aloilda Luiza da Silva – Discente do curso de Mestrado em Ciências da Educação
Susana Marília Barbosa Galvão – Orientadora do Mestrado em Ciências da Educação
Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS

RESUMO

Este estudo, teve como objetivo conhecer o atendimento das crianças com deficiências físicas nas escolas municipais de São Luís de Montes Belos-GO. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura, baseada na análise de diversas fontes de pesquisa, em conjunto com um estudo de campo das escolas da rede pública municipal de São Luís de Montes Belos-GO, com base na aplicação de um questionário estruturado e direcionado a setenta professores. É uma pesquisa de natureza aplicada, quanto ao problema ela é quantitativa e quanto aos objetivos é explicativa e descritiva. Os resultados demonstraram que ainda há muitas limitações para a efetivação da prática inclusiva nas escolas. Conclui-se que é necessário promover a formação continuada dos professores regentes e de apoio, além de criar estratégias para que os mesmos conheçam as diretrizes da legislação que ampara o aluno com deficiência física na escola.

Palavras-chave: Educação; Deficiência física; Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da inclusão de crianças com deficiência física na rede pública de ensino regular. Geralmente, as crianças com deficiências físicas necessitam de acompanhamento educacional diferenciado, com professor de apoio capacitado, que possa lhes auxiliar em sala de aula e em todo o espaço físico da escola, devido às suas dificuldades de locomoção, de leitura, escrita, coordenação motora e de problemas cognitivos. A escola precisa assumir sua participação no processo de mudança cultural das pessoas, influenciando positivamente na melhoria das relações entre os indivíduos.

Especificamente quanto à educação de crianças com deficiência física, diversos aspectos devem ser analisados, considerando-se que cada criança com deficiência apresenta dificuldades específicas e distintas, que demandam cuidado e atenção, que no campo educacional, envolve auxílio apropriado para atender aos seus anseios.

A presença de um profissional de apoio pode suprir tais necessidades, contribuindo para o bom desempenho escolar destas crianças, com proposta de inclusão educacional e social. O processo de inclusão integra a criança com deficiência física a seus colegas e professores.

Objetiva-se, com esse estudo, conhecer o atendimento das crianças com deficiências físicas nas escolas municipais de São Luís de Montes Belos-GO. Para tanto, é necessário descrever as principais necessidades especiais apresentadas pelas crianças com deficiência física, para se identificar a atuação dos professores regentes e de apoio no atendimento aos alunos com necessidades físicas e conhecer a capacitação dos professores que atendem os alunos com deficiência física.

A educação especial ou inclusiva, no Brasil, é foco de debates contínuos em diversas instituições educacionais, tornando-se pauta de interesse para diversos pesquisadores e entidades sociais e políticas. Mas, mesmo havendo um esforço significativo de profissionais da educação e das referidas instituições de ensino, ainda há muito o que discutir sobre a educação especial de crianças com deficiência física e sua inclusão no ambiente escolar.

Atualmente, ainda há professores sem capacitação para atuar com a inclusão, bem como instituições de ensino sem estrutura física adequada para atender às limitações dos alunos com deficiência física.

Diante disso, a escolha do tema de estudo surgiu da noção de que há barreiras a serem ultrapassadas, na tentativa de estabelecer uma efetiva educação inclusiva, implementando projetos educacionais voltados para a participação permanente de profissionais de apoio nas escolas de ensino fundamental. É fundamental garantir a continuidade do processo de integração de crianças com deficiência física no cenário das escolas de ensino regular.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, envolvendo levantamento de dados e um estudo de campo. É uma pesquisa aplicada, exploratória-descritiva, de cunho explicativo, tomando como base o método observacional.

Foram usados métodos quantitativos, a partir do método dedutivo. A pesquisa foi realizada entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, partindo da aplicação de um questionário estruturado, com 20 perguntas fechadas, a 60 professores regentes e 10 professores de apoio do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, que atuam na rede pública municipal de ensino de São Luís de Montes Belos-GO.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Educação Inclusiva de Alunos com Deficiência Física

A educação inclusiva de alunos com deficiência se relaciona com a percepção da existência de diversas necessidades especiais, não apenas no âmbito domiciliar e social, como também no contexto educacional. Tais necessidades influenciam expressivamente à concretização do processo de inclusão destes indivíduos, pois identificar as capacidades educacionais de cada uma destas crianças, é indispensável, no sentido de se promover melhorias. Deve-se compreender que para acolher o aluno com deficiência física em escola regular, está diretamente relacionado com promover a integração (MANTOAN, 2003).

Com o processo inclusivo, a educação de crianças com deficiência física deixa de ser desagregadora, para se tornar integrativa, mantendo um formato inclusivo, no qual os profissionais e a família se envolvem com as necessidades e anseios da criança aquela criança, preocupando-se em buscar subsídios para aprimorar o processo educacional, com fundamento em conceitos humanizados e em regras e diretrizes da educação, que dão fundamento às políticas educacionais.

A integração educacional se relaciona com a busca pela inserção do aluno com deficiência ao convívio social comum. Para isso, são desenvolvidos projetos focados na proposta de inclusão no âmbito de escolas de ensino regular. Trata-se da necessidade de promover a igualdade de direitos para reduzir as diferenças, com cuidado e atenção às diversidades existentes entre a população (ROTH, 2006).

Os professores e a família, conjuntamente, precisam estar atentos às necessidades da criança com deficiência, para que consigam identificar seus anseios e se dispoe a apoiar à criança, num mister de cuidado, atenção e inclusão integral. Porém, como em cada sala de aula existem diversos alunos, cada qual com suas necessidades específicas, seria complicado para o educador atender sozinho a todas as crianças. Daí a importância de se manter um professor regente e um professor de apoio em sala de aula.

Dessa forma, as necessidades da criança com deficiência são mais facilmente identificadas e supridas, com o suporte de um profissional que le mantenha um 'olhar' diferenciado, que esteja atento às suas restrições, buscando promover meios para sua plena adaptação às atividades e trabalhos individuais ou coletivos, realizados no ambiente escolar.

No mesmo sentido, salienta-se a importância das salas de aula serem adaptadas para as necessidades físicas de locomoção do aluno com deficiência. É a partir destas ações e projetos que se promove a verdadeira inclusão (GIROTO, POKER & OMETE, 2012).

Para atender às necessidades que surgem, a equipe de apoio deve realizar reuniões periódicas, visando discutir sobre as melhorias dos alunos com necessidades físicas especiais e levar as dificuldades que forem percebidas, para que possam criar mecanismos que viabilizem a promoção de mudanças focadas nos anseios educacionais destes alunos. Isso porque, a educação inclusiva de aluno com deficiência na rede regular de ensino, reflete em uma proposta de mútuo esforço, dedicação e contribuição dos envolvidos.

É indispensável que todos estejam atentos para manter uma comunicação contínua entre professores, coordenação, secretaria de educação, equipes médicas, familiares e até mesmo a própria criança. Deve-se associar conceitos e propostas sociais e legais, para otimizar as ações no cenário educacional inclusivo. Isso se deve ao fato de que o desenvolvimento integral do aluno com deficiência física, está diretamente associado à aplicação de estratégias na escola, visando melhorar as condições físicas e estruturais do ambiente dentro e fora da sala de aula, para que a criança desenvolva suas capacidades, podendo interagir e formar vínculos (GIROTO, POKER & OMETE, 2012).

O processo de inclusão educacional se fortalece no ambiente escolar, principalmente nos dias atuais e para as crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, uma vez que os avanços tendem a propiciar um cenário mais organizado para que o aluno desenvolva suas potencialidades. Deve-se preconizar, portanto, a manutenção da convivência com as diversidades existentes no contexto escolar, utilizando de recursos específicos, que permitam direcionar as estratégias para garantir maior acessibilidade a todos os alunos, essencialmente à criança com deficiência física.

O atendimento educacional especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente e é uma das condições para o sucedida inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência (BATISTA, 2006, p. 17).

Tal diferenciação vincula-se ao método usado na promoção do pleno desenvolvimento educacional da criança com deficiência física. Para uma educação especializada, deve-se ultrapassar barreiras e superar as dificuldades que se fazem presentes na vida da criança com necessidades educacionais especiais. A inclusão promove a superação e a integração das

peessoas. Desse modo, a escola inclusiva respeita as normas legais, mas, acima de tudo, busca atuar com respeito ao ser humano, contribuindo para a formação de cidadãos mais responsáveis e conscientes das questões socioeducacionais.

Entende-se que a inclusão da criança com deficiência física é uma estratégia escolar sistemática e continuada, voltada para o ensino e aprendizagem de todos os indivíduos, de forma única, mas atendendo às diferenças, ao detectar necessidades especiais, estimulando e motivando o aprendizado. “O atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência está centrado na dimensão subjetiva do processo de conhecimento, complementando o conhecimento acadêmico e o ensino coletivo que caracterizam a escola comum” (BATISTA, 2006, p. 22).

Mas a inclusão educacional das crianças com deficiência física também envolve acessibilidade, sendo necessário planejar e estruturar os espaços físicos da escola, para atender às necessidades da criança. Somente com base na integração das mais diversas propostas, é que a escola consegue executar, efetivamente, um ensino verdadeiramente inclusivo aos seus alunos com deficiência física. Esta inclusão se torna uma tarefa difícil e continuada, que requer dedicação dos profissionais, essencialmente de um professor de apoio, para que se torne viável a concretização de um atendimento educacional especializado. Para uma efetiva inclusão, é necessário que um professor de apoio seja inserido no processo educacional da criança com deficiência física.

2.2 Professor Regente e Professor de Apoio

Para que um processo pedagógico seja realmente inclusivo, é importante que o professor esteja capacitado para atender às necessidades da criança com deficiência física, promovendo a interação e integração social desta criança com seus pares. As ações inclusivas são abrangentes e demandam planejamento, para que as estratégias sejam aplicadas e gerem resultados satisfatórios. Deve-se pautar em diretrizes e normas específicas do processo de ensino aprendizagem, para adequar as ações às necessidades da criança com deficiência física, dentro e fora da sala de aula (SILVA, 2010).

O professor regente e o professor de apoio são figuras essenciais e devem manter um relacionamento pautado na identificação e atenção às necessidades especiais de seus alunos com deficiência, buscando promover a adaptação curricular e pedagógica, no que concerne aos

anseios da criança com deficiência física, proporcionando seu pleno desenvolvimento. Portanto, o professor é um agente essencial no processo de adequação e apoio desta criança, que pode agregar valores educacionais e contribuir na proposta de inclusão, regendo os processos escolares cotidianos e apoiando a criança com deficiência física.

Contudo, salienta-se que o professor de apoio e o professor regente devem estar capacitados para lidar com a criança com deficiência física, levando-se em conta o conceito de que a escola é um espaço para todos, que não deve fazer distinção e que precisa se posicionar com representação social. O direito à educação é um direito essencial ao indivíduo e se vincula diretamente à vivência em sociedade, o que sugere a importância do comprometimento de cada sujeito no processo de integração e inclusão educacional de criança com deficiência física. Destaca-se que “o professor de apoio/itinerante, além de auxiliar o professor regente nas questões pedagógicas em sala de aula, ganha contornos de um profissional que também trabalha a formação dos professores no espaço escolar” (ROTH, 2006, p. 88).

É indispensável o auxílio de um professor de apoio ou do regente em sala de aula, com a finalidade de se estabelecer uma conexão entre o aluno com deficiência física e seus iguais, criando um espaço propício para o aprendizado, eliminando barreiras cotidianas, a fim de se garantir a liberdade e cooperação entre as pessoas. Diante de tantas barreiras, nota-se que a capacitação dos profissionais que lidam com estas crianças é de suma importância para a melhoria do processo de ensino aprendizagem destes, visando uma escolarização adequada e auxiliada por um profissional mediador.

2.3 Tecnologias Assistivas na Educação Especial Inclusiva

As tecnologias assistivas são importantes ferramentas de apoio no cenário educacional inclusivo, pois possibilita o uso de instrumentos diferenciados que atraem a atenção da criança, facilitando seu processo educacional. As tecnologias assistivas facilitam assistência ao aluno com deficiência física, reduzindo dificuldades e otimizando as ações estratégicas do processo pedagógico. São metodologias tecnológicas aplicadas à educação, que amplia as condições de interação social e contribuem para o desenvolvimento educacional deste aluno com necessidade educacional especial, promovendo um ensino de melhor qualidade.

Por meio das tecnologias assistivas, o educador consegue encontrar alternativas para aplicar suas ações pedagógicas, atraindo o interesse da criança e realizando a inclusão

educacional, ao despertar as habilidades e gerar melhorias no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem especializado. As tecnologias assistivas permitem desenvolver habilidades funcionais da criança com dificuldades, melhorando seu desenvolvimento cognitivo e comportamental (SANTANA, SANTOS & PEREIRA, 2012).

As tecnologias assistivas são ferramentas de suporte do ensino e aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais, visando um melhor aproveitamento de suas capacidades cognitivo-comportamentais e que auxiliam na ultrapassagem de barreiras no cotidiano escolar. Mas existem falhas nas próprias escolas, no que se refere à chegada das referidas tecnologias, que se relacionam com a falta de estrutura física e econômica do poder público, que é o responsável pela aquisição de máquinas e equipamentos correlatos.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da aplicação de questionários a 60 professores regentes e 10 professores de apoio da rede pública municipal de ensino de São Luís de Montes Belos-GO, obteve-se resultados que serão apresentados e discutidos neste item, buscando conhecer o atendimento das crianças com deficiências físicas nas escolas municipais de São Luís de Montes Belos-GO.

Foram entrevistados 70 professores. Destes, 94% são do sexo feminino e 6% do sexo masculino. É importante destacar que a falta de professores de apoio na rede municipal de ensino local pode comprometer a qualidade do aprendizado das crianças com deficiência física que apresentam necessidades educacionais especiais, pois o professor regente, em muitas situações, necessita de auxílio para estabelecer uma educação integrada e inclusiva (PONCE, 2005; RESENDE & VITAL, 2008; SANTANA, SANTOS & PEREIRA, 2012).

Todos os professores afirmaram conhecer suas responsabilidades em relação ao cargo que ocupam. A percepção sobre as atribuições a eles inerentes no cenário pedagógico é importante para a construção de uma alfabetização de crianças no ensino fundamental, de qualidade. A assimilação das responsabilidades de cada professor é essencial para que a escola consiga traçar planos direcionados para a inclusão.

Entre os 70 professores, 83% possuem alguma especialização em seu currículo acadêmico e 17% possuem apenas graduação. O compromisso com os resultados da educação infantil é fundamental, sendo que o professor se torna responsável pela qualidade do ensino e, por isso, é essencial que se especialize e busque se capacitar para aprimorar os resultados de

seu processo educacional (GOMES, 2009; PONCE, 2005; RESENDE & VITAL, 2008; SANTANA, SANTOS & PEREIRA, 2012).

Quanto à série que cada professor atua, houve uma variação: 23% lecionam no 5º ano; 20% lecionam no 4º ano; outros 20% no 2º ano; bem como 20% no 1º ano; e 17% deles são professores do 3º ano, todos do ensino fundamental. Os professores que atuam no ensino fundamental devem promover inovação em suas didáticas e metodologias de ensino, para aprimorar o processo de ensino aprendizagem (ALMEIDA & PLACCO, 2006; VASCONCELLOS, 2004; ROMANOWSKI, 2009).

Quanto ao trabalho com aluno portador de necessidades educacionais especiais, foram estes os resultados: 71% responderam que sim; e 29% responderam que nunca trabalharam com crianças com necessidades educacionais especiais. A formação continuada do professor é fundamental para uma melhor qualificação e capacitação, essencialmente para que o pedagogo aprenda a trabalhar com o processo de inclusão, para atender às necessidades identificadas em seus alunos da alfabetização (VASCONCELLOS, 2004; ROMANOWSKI, 2009).

Sobre as maiores dificuldades enfrentadas no trabalho pedagógico cotidiano, para auxiliar estes alunos com necessidades educacionais especiais, observou-se a falta de acompanhamento diário de um professor de apoio (79%), e a falta de suporte em tecnologias assistivas (21%). O sistema educacional precisa se modernizar e se adaptar às necessidades sociais visualizadas em seu meio ambiente, promovendo mudanças e criando projetos adaptados à realidade vivenciada na escola (BRASIL. MEC, 2006).

Quanto à viabilidade do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, conforme dados dos questionários, obteve-se os seguintes resultados: 50% - talvez; 29% - sim; e 21% - não. O ensino inclusivo é uma obrigação do Estado em relação às escolas públicas que devem prestar assistência especializada às crianças com deficiência e necessidades educacionais especiais (BRASIL. LDB, 1996).

Para todos os professores entrevistados, a formação docente influencia no trabalho pedagógico da alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais. Sobre especialização para o trabalho pedagógico direcionado a crianças com necessidades educacionais especiais, 50% têm conhecimentos; 36% têm pouco conhecimento e 14% não possuem conhecimentos. A construção de um aprendizado significativo se desenvolve em conjunto com a capacitação do professor (PONCE, 2005; RESENDE & VITAL, 2008; SANTANA, SANTOS & PEREIRA, 2012; VASCONCELLOS, 2004; ROMANOWSKI, 2009; AZEVEDO & STAMATTO, 2010).

Em relação ao tipo de necessidades educacionais especiais diagnosticadas na instituição educacional que atuam: 50% de casos de transtornos diversos (TDAH / TOD / Autismo); 29% de casos envolvendo deficiência física; 14% de diagnósticos de deficiência auditiva e outros 7% relacionados a deficiência motora. Apesar do resultado demonstrar que a maioria dos casos diagnosticados se relacionam com transtornos diversos, deve-se enfatizar que 29% de ocorrência de diagnósticos de deficiência física é um quantitativo expressivo e requer atenção por parte dos gestores, educadores e da família, com foco no desenvolvimento da criança com deficiência (PONCE, 2005; FERREIRA, 2006; RESENDE & VITAL, 2008; SANTANA, SANTOS & PEREIRA, 2012).

Os entrevistados destacaram que não existem projetos político-sociais com propostas direcionadas a portadores de necessidades educacionais especiais implementados na instituição. No que concerne à estrutura adequada de apoio educacional e especial, 93% responderam que não há tal estrutura e apenas 7% responderam que há uma estrutura adequada. As escolas devem entender as necessidades de suas crianças, essencialmente na fase de alfabetização, quando os alunos estão desenvolvendo suas primeiras habilidades educacionais e sociais, interagindo com seus pares e enfrentando barreiras cotidianamente (GALLAHUE & OZMUN, 2005; PONCE, 2005; RESENDE & VITAL, 2008; SANTANA, SANTOS & PEREIRA, 2012).

Sobre o acompanhamento permanente de um professor de apoio, 93% dos respondentes confirmaram que não há este acompanhamento, enquanto outros 7% destacaram que as crianças com deficiência física recebem acompanhamento permanente de um professor de apoio. O professor de apoio é um agente indispensável no cotidiano pedagógico da alfabetização de crianças com deficiência física, principalmente porque é comum que estas crianças apresentem necessidades educacionais especiais que o professor regente não pode suprir, uma vez que precisa estar atento à toda a turma (VASCONCELLOS, 2004; ROTH, 2006; ROMANOWSKI, 2009).

O professor de apoio da alfabetização não possui treinamento específico para trabalhar com crianças com deficiência física. A falta de preparo e capacitação do professor regente representa uma barreira a mais para o processo de ensino aprendizagem da criança com deficiência física, comprometendo a verdadeira proposta da inclusão educacional (PONCE, 2005; VASCONCELLOS, 2004; ROMANOWSKI, 2009; RESENDE & VITAL, 2008; SILVA, 2010; SANTANA, SANTOS & PEREIRA, 2012).

Na maioria dos casos, não há ferramentas de apoio para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem destes alunos (86%). As tecnologias assistivas são fundamentais para dar suporte ao trabalho pedagógico, principalmente quando não existe o acompanhamento

permanente de um professor de apoio (GALVÃO FILHO & DAMASCENO, 2003; PONCE, 2005; RESENDE & VITAL, 2008; SANTANA, SANTOS & PEREIRA, 2012).

Nestas escolas, em 50% dos casos, há mecanismos de apoio para auxiliar a educação das crianças com deficiência física, com rampas de acesso e acompanhamento permanente de professor de apoio (VASCONCELLOS, 2004; SCHIRMER et al., 2007; ROMANOWSKI, 2009; SANTANA, SANTOS & PEREIRA, 2012).

Em 86% das escolas, não há estrutura física adequada para acomodação física, intelectual e emocional das crianças com deficiência física. As barreiras devem ser reduzidas ao máximo, para proporcionar um processo inclusivo efetivamente concreto, para que a criança se sinta apta a participar do processo de ensino aprendizagem com interesse e dedicação (VASCONCELLOS, 2004; PONCE, 2005).

Para 86% dos professores, a filosofia educacional da escola atende aos aspectos de inclusão e supre as necessidades comportamentais e de conteúdo da criança com deficiência física. Criar condições de acesso, de interação igualitária e de assistência permanente ao processo de aprendizado é indispensável para se efetivar a inclusão educacional de crianças com deficiência física (VASCONCELLOS, 2004; PONCE, 2005; RESENDE & VITAL, 2008; ROMANOWSKI, 2009; SANTANA, SANTOS & PEREIRA, 2012).

CONCLUSÃO

A partir da presente pesquisa, acerca da educação especial de alunos com deficiência física, buscou-se analisar o atendimento inclusivo especializado do 1º ao 5º ano do ensino fundamental com crianças que possuem deficiência física nas escolas municipais de São Luiz de Montes Belos. Concluiu-se que a inclusão de crianças com deficiência física e necessidades educacionais especiais da rede pública regular de ensino do município de São Luís de Montes Belos-GO ainda não se efetivou concretamente.

Sugere-se a necessidade de se investir em tecnologias assistivas e na contratação de professores de apoio para acompanhar diariamente as crianças no ambiente escolar. É importante, ainda, investir financeiramente na contratação de novos professores de apoio, para atender às crianças com deficiência física e necessidades educacionais especiais que estudam na rede pública de ensino local.

Outro fator relevante, se refere à necessidade de se criar e implementar estratégias de treinamento dos profissionais de apoio, visando melhorar a qualidade dos serviços educacionais direcionados ao acompanhamento de crianças com deficiência física e que apresentam necessidades educacionais especiais nas escolas do município. Deve-se promover ações integradas entre os professores regentes e de apoio, com a finalidade de otimizar o conhecimento sobre as necessidades educacionais especiais dos respectivos alunos.

A capacitação periódica de professores regentes e de apoio, também deve ser observada, para que os profissionais estejam aptos a lidar com as crianças com deficiência física e necessidade educacional especial. Por fim, é indispensável que haja uma readequação da estrutura física das escolas, de modo a possibilitar a mobilidade das crianças com deficiência física no ambiente interno das instituições.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O Coordenador Pedagógico e Questões da Contemporaneidade**. São Paulo. Loyola, 2006.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Teoria Historiográfica e Prática Pedagógica**: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. *Antíteses*, 2010; 3 (6): p. 703-728.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação Inclusiva - Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. 2. ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). **A Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais - Deficiência Física**. 2. ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Formação Continuada e Gestão da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez 2006.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; DAMASCENO, Luciana Lopes. **Tecnologias Assistivas na Educação Especial**. *Revista Presença Pedagógica*, Belo Horizonte. Dimensão, 2003; 9 (54): p. 40-47.

GIROTO, Cláudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadão. **As Tecnologias nas Práticas Pedagógicas Inclusivas**. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de Professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RESENDE, Ana Paula Crosara; VITAL, Flávia Maria de Paiva. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

ROTH, Berenice Weissheimer. **Experiências educacionais inclusivas- Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SANTANA, Crislayne Lima; SANTOS, Alex Reis; PEREIRA, Aline Grazielle Santos Soares. **Inclusão Escolar: a utilização da tecnologia assistiva na educação regular**. 3º SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Infoinclusão - possibilidades de ensinar e aprender. Edição Internacional, de 17 a 19 de setembro de 2012.

SCHIRMER, Carolina R.; BROWNING, Nádia; BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência física**. Brasília/DF: SEESP / SEED / MEC, 2007.

SILVA, Aline Maira. **Educação Especial e Inclusão Escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Ibpex, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Libertad, 2004.